Brasília-DF



DENISE ROTHENBURGdeniserothenburg.df@dabr.com.br

Em cima do lance I

A decisão do Banco Central (BC) sobre a chamada "conta-bolsão", que reúne vários correntistas sob um mesmo guardachuva sem que sejam identificados, vem justamente num momento em que o Senado se articula para instalar a CPI do Crime Organizado. Uma das apostas para investigações é, se possível, quebrar os sigilos dessa modalidade, suspeita de lavagem de dinheiro.

Em cima do lance II

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), que chama essas contas de "contas-ônibus", pediu, inclusive, uma audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que os diretores do BC expliquem essas contas — muitas vezes, abertas em nome de uma fintech, com dinheiro de diversos clientes, sem que se saiba quem são seus beneficiários. Chamou a atenção dos senadores que a autoridade monetária tenha editado uma norma para que essas contas sejam extintas até 1º de dezembro. Então, antes tarde do que nunca.

E a escala 6x1?

A base governista na Câmara dos Deputados espera que o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), cumpra a palavra de encaminhar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1 para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a fim de destravar a tramitação. O prazo era até o fim de outubro, segundo deputados.

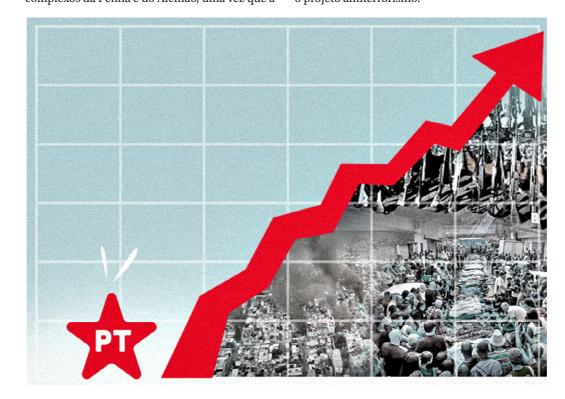
Negociação

Parlamentares governistas acreditam que a PEC 6x1 deve terminar em escala de trabalho 5x2 e redução para 40 horas, ao longo de quatro anos — redução de uma hora por ano. Deputados disseram à coluna que a classe empresarial começa a defender dois dias de folga por cinco de trabalho devido ao grande percentual de faltas dos empregados.

PT em estado de alerta

A alta aprovação popular à operação do governo do Rio de Janeiro contra o Comando Vermelho, cujo resultado foi de 121 mortes — quatro delas de policiais —, acendeu o alerta no partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esta semana, a legenda passará por um grande teste político sobre os reflexos da incursão nos complexos da Penha e do Alemão, uma vez que a

Câmara pretende votar o projeto que transforma em terrorismo os crimes cometidos pelas facções criminosas. A tendência é de que seja aprovado. Até aqui, avaliam alguns, a proposta antifacção defendida pelo Palácio do Planalto amplia as penas para, por exemplo, domínio territorial, mas há quem avalie que veio tarde demais para barrar o projeto antiterrorismo.



» » »

E ainda vem a CPI/ O PT tentará recuperar discurso nesse terreno e pretende emplacar o nome do senador Fabiano Contarato (PT-ES) para presidir a CPI do Crime Organizado. Ao contrário do que houve na CPMI do INSS, quando o governo achava que estava tudo certo para Omar Aziz (MDB-AM) presidir o colegiado

— e terminou perdendo —, desta vez governo e PT trabalharão até o último minuto para evitar que Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ou outro adversário — no caso, Sérgio Moro (União Brasil-PR) — termine eleito presidente. Afinal, com esse assunto tomando conta do debate, não dá para deixar a oposição reinar sozinha.

CURTIDAS

Onde mora o perigo/ A sugestão do deputado Alberto Fraga (PL-DF) de usar o aumento de impostos das bets para investimentos em segurança pública foi bem-recebida, mas muitos deputados consideram que é preciso amarrar isso muito bem, de forma a evitar que o governo retire as atuais fontes desse setor.

Soma zero/ No passado, quando havia a cobrança de imposto com o nome de contribuição sobre movimentação financeira, que deveria atender à saúde, o governo terminou substituindo recursos de outras fontes pela CPMF.

Agenda importante/ O Capítulo Brasília do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) realizará seu mais importante evento na capital do país este ano, o Conexão Governança Brasília 2025 — Evolução da Governança Corporativa no Brasil, na quinta-feira, das 8h30 às 13h, no Teatro do CCBB. As inscrições estão disponíveis, até hoje, no site do IBGC. Entre os palestrantes, Marcelo Gasparino, vicepresidente do Conselho de Administração da Vale; Edson Garcia, CEO da CEB; Renato Barreto, diretor-presidente da BB Consórcios; e Andréa Fuga, sócia da Ernst & Young.



Luto no Clube da Esquina/

Integrantes da Comissão de Cultura da Câmara planejam uma homenagem ao cantor e compositor mineiro Lô Borges (foto), que morreu ontem. Suas músicas marcaram gerações. Aos amigos e parentes, nossas condolências.

TRAMA GOLPISTA

Filho 03 perto do banco dos réus

Julgamento da denúncia contra Eduardo Bolsonaro por coação ao STF, na tentativa de salvar o pai da condenação, começa dia 14

» LUANA PATRIOLINO

Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o próximo dia 14 o início do julgamento da denúncia contra o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) por sua atuação em favor das sanções aplicadas pelos Estados Unidos contra autoridades brasileiras. Ele foi denunciado em setembro pela Procuradoria-Geral da República por coação no curso do processo, pois a PGR entendeu que ele agiu para embaraçar o julgamento do paí, o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses por chefiar uma tentativa de golpe de Estado.

O julgamento será no plenário virtual da Primeira Turma da Corte. Os ministros têm até as 23h59 do dia 25 para votar. A PGR afirma que o filho 03 e o blogueiro bolsonarista Paulo Figueiredo, neto do ex-ditador João Batista Figueiredo, atuaram para tentar emparedar o STF durante o julgamento dos golpistas fazendo gestões junto ao governo do presidente Donald Trump para prejudicar as relações entre Brasil e EUA e acuar o ministro Alexandre de Moraes, relator do processo dos réus, enquadrado por Washington na Lei Magnitsky.

"Ambos os acusados, repetidas vezes, conforme visto, apresentaram-se como capazes de obter sanções no exterior — que obtiveram de fato —, de extrema gravidade nas suas consequências, tanto para a economia nacional como para os julgadores do caso em que Jair Bolsonaro, juntamente com Paulo Figueiredo e outros, aparece como responsável por crimes contra o Estado Democrático de Direito", frisa a PGR.

Na próxima semana, será analisada apenas a aceitação ou rejeição da denúncia da Procuradoria. Caso a acusação seja aceita,



Deputado se autoexilou nos EUA e, de lá, em dupla com o blogueiro Paulo Figueiredo, faz ataques ao Supremo



Ambos os acusados (Bolsonaro e Figueiredo) apresentaram-se como capazes de obter sanções no exterior — que obtiveram de fato —, de extrema gravidade nas suas consequências, tanto para a economia nacional como para os julgadores de Bolsonaro"

Trecho da denúncia da PGR contra o deputado e o blogueiro

será aberta uma ação penal. O julgamento do mérito do caso, com absolvição ou condenação do filho 03, ocorrerá em seguida. A denúncia contra Paulo Figueiredo foi desmembrada e será discutida em outro momento também pela

Primeira Turma.

Em março, o deputado anunciou que se licenciaria temporariamente do mandato parlamentar para morar nos EUA. Justificou o afastamento do país para "se dedicar integralmente e buscar

as devidas sanções aos violadores de direitos humanos". No entanto, ele já deixou várias vezes evidente que está em solo norte-americano para articular retaliações contra o Brasil por causa do processo contra o pai — que foi condenado e espera

somente a análise dos embargos declaratórios interpostos pelos advogados para que seja preso, a partir do trânsito em julgado da ação.

"Apresentaram-se como patrocinadores dessas sanções, como seus articuladores e como as únicas pessoas capazes de desativá-las. Para a interrupção dos danos, objeto das ameaças, cobraram que não houvesse condenação criminal de Jair Bolsonaro na AP 2.668", aponta Gonet.

Salvo no Conselho

Eduardo é acusado dos crimes de coação no curso do processo e obstrução de investigação. No mês passado, o Conselho de Ética da Câmara decidiu, por 11 x 7, arquivar uma representação apresentada pelo PT que pedia a cassação do filho 03 por atuação no exterior contra instituições brasileiras.

No processo, Eduardo não constituiu advogado. Por conta disso, Moraes determinou que a Defensoria-Pública da União fizesse a defesa do deputado. Na semana passada, a DPU solicitou a rejeição da denúncia da PGR, argumentando que o filho 03 não é autor das sanções e que suas manifestações são "exercício legítimo da liberdade de expressão e do mandato parlamentar".

Desde que se autoexilou nos EUA, o parlamentar passou a divulgar uma agenda de reuniões com integrantes do governo Trump. O intento do filho 03 deu certo num momento inicial, quando a Casa Branca sobretaxou as importações brasileiras em 50% sob o argumento de que o STF e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva promoviam uma "caça às bruxas" contra Bolsonaro. O governo de Washington também cancelou os vistos de ministros do Supremo e de Gonet como retaliação.

Braga Netto fica preso

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, ontem, manter a prisão preventiva do general Walter Braga Netto. No despacho, o magistrado cita a condenação do ex-vice na chapa à reeleiçãode Jair olsonaro no processo da trama golpista e o

"Na presente hipótese, estão inequivocamente presentes os requisitos necessários e suficientes para a manutenção da prisão preventiva, apontando, portanto, a imprescindível compatibilização entre a Justiça Penal e o direito de liberdade", justificou Moraes.

"fundado receio de fuga do réu".

Braga Netto foi condenado a 26 anos de prisão em regime inicial fechado, mas a pena ainda não começou a ser cumprida porque há recursos pendentes na Primeira Turma da Corte. "O término do julgamento do mérito da presente ação penal e o fundado receio de fuga do réu, como vem ocorrendo reiteradamente em situações análogas nas condenações referentes ao dia 8/1/2023, autorizam a manutenção da prisão preventiva para garantia efetiva da aplicação da lei penal e, portanto, da decisão condenatória", frisou o magistrado.

A pena de Braga Netto foi a segunda mais alta entre os réus do "núcleo crucial" da trama golpista — apenas o ex-presidente teve sentença maior. Os recursos do general da reserva do Exército e dos demais acusados no processo serão analisados a partir de sexta-feira, no plenário virtual da Primeira Turma.